



Demonstrações Financeiras

Águas Cuiabá S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto.

**31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente**

Águas Cuiabá S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa.....	10

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1. Informações sobre a Companhia.....	11
2. Políticas contábeis	11
3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	29
4. Caixa e equivalentes de caixa	31
5. Depósitos bancários vinculados	31
6. Contas a receber e outros recebíveis	32
7. Intangível e ativo de contrato.....	33
8. Fornecedores e outras contas pagar	35
9. Empréstimos e financiamentos.....	35
10. Debêntures.....	37
11. Provisão para perda com causas judiciais.....	38
12. Patrimônio líquido.....	39
13. Gerenciamento de capital.....	40
14. Instrumentos financeiros	41
15. Imposto de renda e contribuição social diferidos	46
16. Receita operacional líquida	47
17. Custos e despesas.....	47
18. Receitas financeiras e despesas financeiras	48
19. Partes relacionadas.....	48
20. Seguros.....	49
21. Compromissos	49

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da

Águas Cuiabá S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto.

Cuiabá – MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas Cuiabá S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria. O assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre o assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação ao principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Capitalização de gastos no ativo intangível

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui registrado ativo intangível da concessão no montante de R\$ 830.698 mil, o qual é representado pela infraestrutura da concessão.

O contrato de concessão representa o direito de exploração da infraestrutura, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão/ IFRIC 12 – Contratos de Concessão, que prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os ativos de contrato referem-se aos ativos intangíveis de concessão ainda em construção que são transferidos para a rubrica ativo intangível quando entram em operação. Os ativos intangíveis de concessão são recebidos através da cobrança de tarifa aos usuários dos serviços prestados. Os critérios de reconhecimento desses valores investidos na infraestrutura estão divulgados nas Notas 3.6 e 7.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem dos contratos de concessão com os Poderes Concedentes, requer que a Companhia efetue investimentos relevantes na infraestrutura da concessão, os quais são classificados como ativo intangível. As capitalizações no ativo intangível envolvem a utilização de premissas e um grau de julgamento elevado, e conseqüentemente podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle destes ativos incluíram, dentre outros: (i) realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível, incluindo a verificação de notas fiscais e contratos; (ii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados e sua elegibilidade à capitalização; (iii) avaliamos o processo de transferência do intangível para as contas definidas para determinar o início do registro da amortização.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis os critérios de capitalização no ativo intangível adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações em notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP034519/O


Lázaro Angelim Serruya
Contador CRC-DF015801/O

Águas Cuiabá S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto.



Balço patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.584	98.875	Fornecedores e outras contas a pagar	8	33.077	41.452
Outros investimentos		4	4	Empréstimos e financiamentos	9	32.320	30.694
Depósitos bancários vinculados	5	61.149	56.154	Passivo de arrendamento		1.044	1.219
Contas a receber e outros recebíveis	6	47.382	42.313	Debêntures	10	31.587	15.628
Impostos e contribuições a recuperar		3.590	6.051	Obrigações fiscais		6.158	7.411
Outros ativos		6.761	7.134	Outras obrigações		8.495	6.636
Total do ativo circulante		128.470	210.531	Total do passivo circulante		112.681	103.040
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Fornecedores e outras contas a pagar	8	1.936	1.936
Contas a receber e outros recebíveis	6	4.445	8.233	Empréstimos e financiamentos	9	345.156	366.681
Impostos e contribuições a recuperar		1.963	2.813	Passivo de arrendamento		1.118	3.308
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	48.024	48.205	Debêntures	10	691.509	661.359
Outros ativos		9.028	7.980	Obrigações fiscais		1.225	2.765
Total do realizável a longo prazo		63.460	67.231	Provisão para perdas com causas judiciais	11	2.041	3.112
Imobilizado		2.275	2.936	Total do passivo não circulante		1.042.985	1.039.161
Ativos de direito de uso		2.031	4.240	Patrimônio líquido			
Intangível e ativo de contrato	7	1.245.976	1.071.571	Capital social	12	336.949	316.949
Total do ativo não circulante		1.313.742	1.145.978	Adiantamento para futuro aumento de capital		75.800	20.000
				Prejuízos acumulados		(126.203)	(122.641)
				Total do patrimônio líquido		286.546	214.308
				Total do passivo		1.155.666	1.142.201
Total do ativo		1.442.212	1.356.509	Total patrimônio líquido e passivo		1.442.212	1.356.509

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas Cuiabá S.A. – Concessionária de Serviços Públicos
de Água e Esgoto.



Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	16	523.317	592.751
Custo dos serviços prestados	17	(380.513)	(474.988)
Lucro bruto		142.804	117.763
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas comerciais, administrativas e gerais	17	(64.002)	(64.729)
Outras receitas líquidas		174	2.008
		(63.828)	(62.721)
Lucro antes do resultado financeiro líquido		78.976	55.042
Receitas financeiras	18	22.165	19.533
Despesas financeiras	18	(104.471)	(58.292)
Resultado financeiro líquido		(82.306)	(38.759)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(3.330)	16.283
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	(51)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	(181)	(5.851)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(3.562)	10.432
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído (em Reais)		(0,010571)	0,041095

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Águas Cuiabá S.A. – Concessionária de Serviços Públicos
de Água e Esgoto.**



**Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais**

	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>(3.562)</u>	<u>10.432</u>
Resultado abrangente total	<u>(3.562)</u>	<u>10.432</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas Cuiabá S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto.



Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

		Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2021	12	253.849	63.100	(133.073)	183.876
Aumento de capital		63.100	(63.100)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	20.000	-	20.000
Lucro líquido do exercício		-	-	10.432	10.432
Saldos em 31 de dezembro de 2021	12	316.949	20.000	(122.641)	214.308
Aumento de capital		20.000	(20.000)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	75.800	-	75.800
Prejuízo do exercício		-	-	(3.562)	(3.562)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12	336.949	75.800	(126.203)	286.546

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(3.330)	16.283
Ajustes para:			
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	17	4.579	6.687
Depreciação e amortização	7	56.696	76.275
Baixa de intangível, ativo de direito de uso e passivo de arrendamento		(205)	92
Provisão para perdas com causas judiciais	11	(1.071)	685
Receita reequilíbrio contratual		-	(12.433)
Restituição ICMS TUSD		-	(7.392)
Juros sobre atualização do contas a receber e outros recebíveis	18	(12.597)	(10.115)
Juros incorridos de empréstimos, arrendamento e debêntures	18	99.585	53.595
		143.657	123.677
Variações em:			
Redução (aumento) em contas a receber e outros recebíveis	6	438	(9.507)
Redução (aumento) em impostos e contribuições a recuperar		3.311	(2.484)
Aumento em outros ativos		(675)	(1.898)
Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar	8	(8.375)	5.979
Aumento em outras obrigações		1.859	1.830
Redução em obrigações fiscais		(2.793)	(824)
Juros recebidos sobre atualização do contas a receber e outros recebíveis		6.299	5.058
Impostos de renda e contribuição social pagos		(51)	-
Juros pagos de empréstimos, debêntures e arrendamento	9 e 10	(79.845)	(72.050)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		63.825	49.781
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de ativos imobilizado		(202)	(335)
Aquisições de ativo intangível e ativo de contrato	7	(193.821)	(229.551)
Depósitos bancários vinculados	5	(4.995)	(8.370)
Outros investimentos		-	29.195
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos		(199.018)	(209.061)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamentos de empréstimos e arrendamento	9 e 10	(29.898)	(28.716)
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	75.800	20.000
Fluxo de caixa usados nas atividades de financiamentos		45.902	(8.716)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		(89.291)	(167.996)
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4	98.875	266.871
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	9.584	98.875

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações sobre a Companhia

1.1. Operações gerais

A Águas Cuiabá S.A – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto (“Companhia”), está localizada na Avenida Gonçalo Antunes de Barros, nº 3.196, no Município de Cuiabá, estado de Mato Grosso.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas para emissão pela diretoria em 31 de março de 2023.

1.2. Contexto operacional

A Companhia tem como objeto social a prestação de serviços públicos de saneamento básico de água e esgotamento sanitário, compreendendo a produção de água para abastecimento, sua distribuição, operação, conservação e manutenção, além da coleta, tratamento e exploração de esgotos.

A Companhia foi constituída em 31 de janeiro de 2012, iniciou suas atividades em 18 de abril de 2012 com o propósito específico de prestação de serviços públicos de água e esgoto no Município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, e a prestação dos serviços suplementares, conforme definido no contrato de concessão firmado pela Companhia em 17 de fevereiro de 2012 com o Município de Cuiabá (Poder Concedente), decorrente da Concorrência Pública e irá operar o sistema até 2050.

1.3. Impactos causados pela pandemia da COVID-19

Embora o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 seja o segundo ano pós impactos trazidos pela pandemia do Covid-19, os seus efeitos financeiros e econômicos ainda continuam apesar de gradualmente em declínio. Embora de alguma forma não ter sofrido alterações, eventuais mudanças adicionais nas estimativas podem refletir na mensuração dos ativos e passivos podem ser necessárias. A Companhia avaliou e considera que não ocorreram impactos materiais em suas operações em virtude dos reflexos da pandemia COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, além de considerarem os pronunciamentos, orientações

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Mensuração ao valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como por exemplo, aplicações financeiras para gestão diária do caixa e maximização do fluxo de caixa com base nas vendas, ao valor justo na data das demonstrações financeiras.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais**

- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

2.3. Receita de contrato com cliente

a) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho.

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

b) Contratos de concessão de serviços e construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e CPC 47 (R1) - Receita de Contrato com Cliente, na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção, o ativo é classificado como um ativo intangível.

A Companhia reconhece um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

A Companhia estima que a receita de construção de seus ativos intangíveis relativo à construção seja equivalente ao custo esperado mais margem e julga tal margem irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção.

c) Receita de serviços de operação

A Companhia reconhece a receita de serviços de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão quando satisfaz todas as obrigações de desempenho.

A Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da manutenção, serviços auxiliares, pelo tratamento e disposição final do lodo gerado e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera.

2.4. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a Companhia cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

2.5. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Juros sobre contas a receber de clientes, aplicações financeiras e impostos a recuperar;
- Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures;
- Despesas com debêntures partes relacionadas;
- Outras receitas e despesas financeiras.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

2.6. Tributos

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado em que a Companhia e gera lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Companhia e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Companhia, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não compensados possam ser utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

c) Tributos sobre a venda

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos de tributos incidentes sobre a receita de construção e receita de ativo financeiro e recuperáveis sobre o custo de construção com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

2.7. Distribuição de lucros

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou, ainda, quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Distribuições sem desembolso de caixa são mensuradas ao valor justo dos ativos a serem distribuídos, sendo a mensuração ao valor justo reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

No momento da distribuição de ativos sem desembolso de caixa, eventual diferença entre o valor contábil do passivo e o valor contábil do ativo distribuído é reconhecida na demonstração do resultado.

2.8. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Em casos de substituição de partes que resultam em aumento da vida útil, o custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição e os ativos substituídos são baixados. Todos os demais custos de manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

b) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

c) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.9. Intangível

a) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

b) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c) Amortização

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização é geralmente reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.10. Ativos de contrato

Na adoção do CPC 47/IFRS 15, a Companhia optou por adotar a norma na data da aplicação inicial como ajuste ao saldo de abertura, considerando somente os contratos abertos anteriores à data de aplicação. A norma estabelece que uma Companhia deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a Companhia reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

A norma também determina que quando a Companhia concluir a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a Companhia deve apresentar este direito como ativo de contrato. O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro.

2.11. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para a Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

a) Ativos financeiros

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como se gerencia os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

ii) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os ativos financeiros na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e na categoria de custo amortizado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as condições forem atendidas: (i) dentro do modelo de negócios o objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem as contas a receber de clientes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla as aplicações financeiras para gestão diária do caixa.

iii) *Desreconhecimento*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos do caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou quando a Companhia nem transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

iv) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais**

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

b) Passivos financeiros

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

ii) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os passivos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis.

Custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

iii) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

c) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia houver um direito legalmente executável de compensar os valores e se houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.12. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

2.13. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais**

recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para Companhia listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base no Plano de Negócio. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

2.14. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.15. Provisões

a) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

b) Provisão para perdas com causas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.16. Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

b) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. A Companhia não possui benefícios pós emprego.

2.17. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.18. Arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais**

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

a) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

- Imóveis: 5 anos
- Veículos: 5 anos
- Máquinas e equipamentos: 5 anos

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

b) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.19. Custos de empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

2.20. Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.21. Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2022

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à Estrutura conceitual.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

A Companhia analisou as emendas às normas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e até o momento não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis a serem adotados retrospectivamente ou no início do exercício de 2022.

2.22. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Uma

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

vez que a Companhia não emite ou emitiu contratos de seguro, nem detém contratos de resseguro, esta norma não é aplicável.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, as alterações não representam impactos nas operações da Companhia.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais**

substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas.

Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

b) Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais**

utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – Nota 7;
- Provisão para perdas de créditos esperadas para contas a receber – Nota 6;
- Provisões para perdas de causas judiciais – Nota 11.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa média de remuneração	2022	2021
Caixa			
Saldos bancários		4.479	3.723
Equivalentes de caixa			
Certificado de depósito bancário	12,39% 2022 e 4,41% 2021	88	64.005
Fundos de investimento	12,81% 2022 e 4,71% 2021	1	22.752
Debêntures	9,16% 2022 e 3,27% 2021	5.016	8.395
Total Equivalentes de caixa		5.105	95.152
Total		9.584	98.875

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

5. Depósitos bancários vinculados

Depósitos bancários vinculados	Taxa média de remuneração	2022	2021
Fundos de investimento	12,19% 2022 e 4,36% 2021	61.149	56.154
Total		61.149	56.154

Depósitos bancários vinculados referem-se a montantes retidos na Companhia relativos a:

- (i) constituição de conta reserva de recursos equivalentes a 1 parcela do valor do serviço da dívida debêntures;
- (ii) constituição de conta reserva BNDES com saldo não inferior ao montante equivalente à soma das prestações de amortização e juros vencíveis nos três meses imediatamente subsequentes;
- (iii) constituição de conta pagamento no montante equivalente a 1/6 do valor do serviço da dívida debêntures; e
- (iv) constituição de conta pagamento BNDES no montante equivalente a 1/12 do valor da parcela vincenda.

Tais recursos retidos, quando desbloqueados ou se substituídos por outras garantias, são destinados aos investimentos necessários para a melhoria ou manutenção das redes de água e esgoto e demais investimentos previstos nos contratos de concessão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

6. Contas a receber e outros recebíveis

	Nota	2022	2021
Contas a receber de saneamento		96.712	88.487
Direitos a faturar		11.744	10.437
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa		(67.827)	(63.248)
		40.629	35.676
Operações mensais - partes relacionadas	19	267	701
Outros (*)		12.374	14.169
(-) Ajuste a valor presente (**)		(1.443)	-
		51.827	50.546
Circulante		47.382	42.313
Não Circulante		4.445	8.233
Total		51.827	50.546

(*) Em 31 de dezembro de 2022 contempla o montante de R\$ 10.243 a receber da Prefeitura de Cuiabá referente a Revisão Ordinária e Revisão Extraordinária na qual promove a compensação em função da frustração de receita decorrentes dos decretos municipais nº7.854, 7.972, 8.108/2020, reconhecida pela Deliberação ARSEC nº04 de 18 de novembro de 2021.

(**) Ajuste a valor presente calculado sobre o montante a receber da Prefeitura de Cuiabá devido reajuste tarifário.

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes é como segue:

	2022	2021
A vencer	39.697	34.594
Vencidos até 30 dias	7.838	6.478
Vencidos entre 31 e 60 dias	2.940	2.674
Vencidos entre 61 e 90 dias	1.118	1.344
Vencidos entre 91 e 120 dias	676	1.018
Vencidos entre 121 e 150 dias	540	644
Vencidos entre 151 e 180 dias	412	1.436
Vencidos acima de 180 dias	55.235	50.736
Total	108.456	98.924

Os valores acima apresentados não contemplam as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa do contas a receber. O movimento nas perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o período é como segue:

Saldo em 1º de janeiro de 2021	56.561
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa reconhecida	27.419
Reversão das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(20.732)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	63.248
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa reconhecida	26.859
Reversão das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(22.280)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	67.827

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve baixas de perdas efetivas de recebíveis de clientes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

É constituído provisão do saldo de contas a receber com base no modelo de perdas esperadas.

7. Intangível e ativo de contrato

a) Valor contábil

	Intangível ICPC 01 (R1) (i)	Ativo de contrato (obras em andamento)	Outorga concessão (ii)	Software	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	642.643	58.737	106.720	906	809.006
Adições	18.683	317.786	-	22	336.491
Transferências	110.588	(110.588)	-	-	-
Baixas	(92)	-	-	-	(92)
Amortização	(68.508)	-	(4.890)	(436)	(73.834)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	703.314	265.935	101.830	492	1.071.571
Adições	1.127	227.517	-	226	228.883
Transferências	175.596	(175.596)	-	-	-
Amortização	(49.339)	-	(4.890)	(236)	(54.465)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	830.698	317.856	96.940	482	1.245.976

(*) A Companhia capitalizou em 31 de dezembro de 2022 juros sobre as debêntures no montante de R\$35.062 (R\$ 102.117 em 31 de dezembro de 2021)

(i) Intangível ICPC 01 (R1) / IFRIC 12

	Taxa média de amortização % a.a. (*)	2021		2022		
		Custo total	Adições	Transferência	Baixas	Custo total
Controle tecnológico	De 4 a 5	60.020	-	5.762	-	65.782
Máquinas, aparelhos e equipamentos	De 10 a 14	185.874	155	5.102	(173)	190.958
Rede de Água	4	468.625	985	42.957	-	512.567
Rede de Esgoto	4	221.187	-	121.775	-	342.962
Outros	-	883	-	-	-	883
Total		936.589	1.140	175.596	(173)	1.113.152
Amortização		(233.275)	(49.339)	-	160	(282.454)
Total		703.314	(48.199)	175.596	(13)	830.698

(*) Os prazos de amortização não excedem os prazos das concessões.

	Taxa média de amortização % a.a. (*)	2020		2021		
		Custo total	Adições	Transferência	Baixas	Custo total
Controle tecnológico	De 4 a 5	59.943	20	57	-	60.020
Máquinas, aparelhos e equipamentos	De 10 a 14	182.758	1.625	2.024	(533)	185.874
Rede de Água	4	422.337	11.061	35.227	-	468.625
Rede de Esgoto	4	141.869	5.981	73.337	-	221.187
Outros	-	940	-	(57)	-	883
Total		807.847	18.687	110.588	(533)	936.589
Amortização		(165.204)	(68.508)	-	437	(233.275)
Total		642.643	(49.821)	110.588	(96)	703.314

(*) Os prazos de amortização não excedem os prazos das concessões.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

(ii) Outorga de concessão

	Taxa média de amortização % a.a. (*)	2022	2021
Outorga fixa		146.255	146.255
Amortização	3,43	(49.315)	(44.425)
Total		96.940	101.830

(*) Refere-se a outorga fixa paga em decorrência de contrato de concessão, que está sendo amortizada linearmente pelo prazo de concessão.

b) Amortização

O ativo intangível, registrado na rubrica intangível ICPC 01 (R1), refere-se exclusivamente a capitalização gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando como início da amortização a data de aquisição do bem ou a data de término das obras.

c) Teste por redução ao valor recuperável

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia realizou teste para avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis em virtude da aprovação do Plano de Negócio 22-26 em reunião ordinária do Conselho de Administração realizada em 15 de dezembro de 2021.

O valor recuperável foi baseado no valor em uso sendo o fluxo de caixa estimado pela Administração, descontado pela taxa WACC calculada com base em premissas de mercados comparáveis.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período até o término do contrato de concessão. As projeções de crescimento do fluxo foram efetuadas em termos nominais.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- **Receitas** – as receitas foram projetadas entre 2023 e o término do período de concessão, considerando os ajustes tarifários ordinário e extraordinário, aumento do volume faturado em função de investimentos em produção de água, coleta e tratamento de esgoto, crescimento vegetativo previstos no plano de negócio da Companhia.
- **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas foram projetados a partir do desempenho histórico das operações combinado com o plano de negócios de longo prazo da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

- Taxa de desconto - representam a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados por taxas de desconto nominais de 9%.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela administração da Companhia.

A Companhia não apresentou necessidade de provisão para perda, visto que o valor recuperável estimado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

8. Fornecedores e outras contas pagar

	Nota	2022	2021
Fornecedores diversos		30.763	40.473
Operações mensais - partes relacionadas	19	2.446	1.936
Outras contas a pagar		1.804	979
Circulante		33.077	41.452
Não circulante		1.936	1.936
Total		35.013	43.388

9. Empréstimos e financiamentos

Linha de Crédito	Nota	Inde- xador	Juros médios a.a. (%) (*)	Vencimento	2022	2021
Financiamento BNDES – partes relacionadas	19	IPCA	14,77	2031	114.782	120.779
Financiamento BNDES – partes relacionadas	19	TJLP	10,59	2032	263.935	278.062
					378.717	398.841
(-) Custo de transação					(1.241)	(1.466)
Circulante					32.320	30.694
Não circulante					345.156	366.681
Total					377.476	397.375

(*) Os juros médios incorporam os juros fixos e a estimativa do indexador de referência na data do fechamento.

As principais garantias do financiamento concedido pelo BNDES é o penhor de ações de emissão da Companhia, cessão fiduciária dos direitos provenientes do contrato de concessão e constituição de conta reserva com saldo não inferior a três prestações vincendas de amortização de principal e juros e fiança da controladora Iguá Saneamento S.A.

Até 31 de dezembro de 2022 a Companhia realizou a constituição de conta reserva em montante equivalente ao determinado contratualmente que está divulgado na Nota Explicativa nº 5.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

a) Termos e cronograma de amortização da dívida

Os empréstimos e financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

31 de dezembro de 2022	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 117 Meses
BNDES - partes relacionadas (*)	378.717	32.532	31.917	33.730	35.713	37.882	206.943

31 de dezembro de 2021	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 129 Meses
BNDES - partes relacionadas (*)	398.841	30.919	29.982	31.553	33.261	35.118	238.008

(*) Os montantes apresentados não contemplam o impacto dos custos de transação

b) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamentos	Debêntures	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	411.919	5.713	601.488	1.019.120
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Amortização de principal	(27.530)	(1.186)	-	(28.716)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(27.530)	(1.186)	-	(28.716)
Outras variações				
Custo de transação	236	-	190	426
Provisão de juros	46.731	518	5.920	53.169
Juros capitalizados (*)	-	-	102.117	102.117
Custo de transação capitalizados (*)	-	-	4.823	4.823
Pagamento de juros	(33.981)	(518)	(37.551)	(72.050)
Total de outras variações	12.986	-	75.499	88.485
Saldo em 31 de dezembro 2021	397.375	4.527	676.987	1.078.889
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Amortização de principal	(28.592)	(1.306)	-	(29.898)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(28.592)	(1.306)	-	(29.898)
Outras variações				
Arrendamento	-	1.875	-	1.875
Baixa de arrendamento	-	(2.934)	-	(2.934)
Provisão de juros	44.241	369	54.975	99.585
Juros capitalizados (*)	-	-	35.062	35.062
Pagamento de juros	(35.548)	(369)	(43.928)	(79.845)
Total de outras variações	8.693	(1.059)	46.109	53.743
Saldo em 31 de dezembro 2022	377.476	2.162	723.096	1.102.734

(*) Juros e custo de transação capitalizados sobre as debêntures, nota explicativa 10.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

c) Cumprimento de cláusulas contratual restritivas (covenants)

Os índices financeiros são verificados com base nas datas bases estipuladas nos contratos firmados pela Companhia e os respectivos agentes. A administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas, tendo que cumprir as seguintes obrigações (i) aporte em montante equivalente ao valor que tenha faltado no EBITDA para o cumprimento do índice, (ii) o pagamento das prestações relativas ao Contrato de Prestação de Serviços de Assistência Técnica e ao Regulamento para compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, não poderá ultrapassar o valor anual de R\$2 milhões, reajustáveis em janeiro de cada ano com base na variação positiva e acumulada do IPCA-IBGE. A controladora Iguá Saneamento S.A. realizou os aportes necessários para cumprir o item (i) no montante de R\$75.800 conforme nota 12 e para o item (ii) a Companhia se limitará ao pagamento máximo relativo ao supracitado.

10. Debêntures

Linha de crédito	Indexador	Juros médios a.a. (%)	Vencimento	2022	2021
Debêntures	IPCA	11,89	2034	770.591	728.612
(-) Custo de transação				(47.495)	(51.625)
Total				723.096	676.987
Circulante				31.587	15.628
Não circulante				691.509	661.359
Total				723.096	676.987

As garantias das debêntures emitidas pela Companhia, consistem no penhor de ações e de qualquer forma de remuneração paga aos acionistas e a cessão fiduciária de direitos emergentes do contrato de concessão pública, conta reserva e fiança da controladora Iguá Saneamento S.A. Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou a constituição de conta reserva em montante equivalente ao determinado contratualmente que está divulgado na nota explicativa 5.

Os índices financeiros relativos ao cumprimento de cláusula contratual restritiva são verificados com base nas datas bases estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e os respectivos agentes. A administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontra-se em conformidade com as cláusulas restritivas.

As debêntures possuem os seguintes vencimentos:

31 de dezembro de 2022	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 139 Meses
Debêntures (*)	770.591	35.717	29.995	44.992	48.742	48.741	562.404

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

31 de dezembro de 2021	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 151 Meses
Debêntures (*)	728.612	19.758	14.177	28.354	42.531	46.076	577.716

(*) Os montantes apresentados não contemplam o impacto dos custos de transação.

Cronograma de amortização do custo de transação

A seguir é apresentado o montante de custos de transação das debêntures, a ser apropriado ao resultado em cada exercício subsequente:

31 de dezembro de 2022	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 139 Meses
Debêntures	47.495	4.130	4.130	4.130	4.130	4.130	26.845

31 de dezembro de 2021	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 151 Meses
Debêntures	51.625	4.130	4.130	4.130	4.130	4.130	30.975

11. Provisão para perda com causas judiciais

A avaliação da probabilidade de perda em ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos. A Companhia considera existir riscos classificados como prováveis. A movimentação é como segue:

	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Tributárias	Total
Saldo em 1º janeiro de 2021	1.893	534	-	-	2.427
Adições	1.271	286	-	234	1.791
Baixas/reversões	(730)	(376)	-	-	(1.106)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.434	444	-	234	3.112
Adições	73	226	13	238	550
Baixas/reversões	(1.475)	(60)	-	(86)	(1.621)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.032	610	13	386	2.041

As contingências passivas não registradas nas demonstrações financeiras são de natureza cível, trabalhista e ambiental, avaliadas, com apoio de assessores jurídicos como sendo de risco possível, somaram o montante de R\$17.629 em 31 de dezembro de 2022 (R\$17.544 em 31 de dezembro de 2021). Nenhuma provisão foi constituída para tais contingências tendo em vista que as práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras não requerem sua contabilização.

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$336.949 (R\$316.949 em 31 de dezembro de 2021), representado por 336.948.956 ações ordinárias (316.948.956 em 31 de dezembro de 2021), nominativas, sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	2022	2021
Iguá Saneamento S.A.	89,63%	88,98%
PCT Participações Ltda.	10,37%	11,02%
Total	100,00%	100,00%

Conforme ata de assembleia geral ordinária e extraordinária assinada em 30 de abril de 2022, foram integralizados ao capital social da Companhia o montante de R\$20.000, mediante a capitalização do crédito devido contra a Companhia a título de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, realizado pela controladora Iguá Saneamento S.A., sendo emitidas 20.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante renúncia da acionista PCT Participações Ltda. quanto ao exercício de preferência na subscrição das mencionadas ações. Conseqüentemente, as participações societárias foram diluídas.

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram realizados AFACs pela controladora Iguá Saneamento S.A. no montante de R\$75.800.

b) Reservas

Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após a compensação de prejuízos acumulados.

Reserva de lucro

É destinada, quando aplicável, para os investimentos previstos no orçamento de capital para construção/melhoria do sistema de saneamento básico de água e esgotos sanitários, podendo também ser distribuída como dividendos aos acionistas.

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui uma redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração das atividades do setor de infraestrutura, em virtude da implantação de suas instalações na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Amazônia – SUDAM, pelo prazo de 10 anos a contar do ano de 2019, sendo reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do Pronunciamento Técnico CPC 07 (IAS 20) - Subvenções e Assistências Governamentais. Após atendido os requisitos o ganho é reconhecido no resultado e reclassificado entre as contas do patrimônio líquido, de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, conseqüentemente, a Companhia segue o que determina o art. 202 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia possui algumas obrigações especiais a cumprir integrantes do contrato de financiamento firmado com o BNDES e, dentre estas obrigações, não poderá distribuir quaisquer recursos aos acionistas sob a forma de dividendos acima do limite mínimo legal ou juros sobre o capital próprio até o término do prazo de execução e conclusão do projeto financiado.

Poderá haver a distribuição dos referidos recursos, desde que sejam atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- Manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida estipulado; e
- Adimplemento no cumprimento de todas as obrigações assumidas.

13. Gerenciamento de capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2022	2021
Total do passivo	1.155.666	1.142.201
(-) Caixa e equivalentes de caixa, outros investimentos e depósitos bancários vinculados	(70.737)	(155.033)
(=) Capital de terceiros líquido (A)	1.084.929	987.168
Total do patrimônio líquido (B)	286.546	214.308
Índice de alavancagem (A/B)	3,79	4,61

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

14. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

	Nota	Valor justo por meio do resultado		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
		2022	2021	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.105	95.152	4.479	3.723	-	-
Outros investimentos		4	4	-	-	-	-
Depósitos bancários vinculados	5	61.149	56.154	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	6	-	-	51.827	50.546	-	-
Ativos financeiros		66.258	151.310	56.306	54.269	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	8	-	-	-	-	35.013	43.388
Empréstimos e financiamentos (*)	9	-	-	-	-	378.717	398.841
Passivo de arrendamento		-	-	-	-	2.162	4.527
Debêntures (*)	10	-	-	-	-	770.591	728.612
Passivos financeiros		-	-	-	-	1.186.483	1.175.368

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

b) Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Para os demais passivos financeiros, o valor justo que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2022.

c) Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de preço.

i) *Estrutura do gerenciamento de risco*

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia tem atualmente recebíveis no segmento de saneamento. Como principal mitigador ao risco de crédito no contrato de concessão, a Companhia detém o controle direto dos recebíveis e o fornecimento dos serviços e, além disso, existe cláusula contratual prevendo indenização em caso de renúncia do poder concedente, demonstrando o controle sobre os recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foram:

	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.584	98.875
Outros investimentos		4	4
Depósitos bancários vinculados	5	61.149	56.154
Contas a receber e outros recebíveis	6	51.827	50.546
Circulante		118.119	197.346

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Não circulante	4.445	8.233
Total	122.564	205.579

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2022	2021
Fornecedores e outras contas a pagar	8	35.013	43.388
Empréstimos e financiamentos (*)	9	378.717	398.841
Passivo de arrendamento		2.162	4.527
Debêntures (*)	10	770.591	728.612
Circulante		102.370	93.348
Não circulante		1.084.113	1.082.020
Total		1.186.483	1.175.368

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 139 Meses
Fornecedores e outras contas a pagar	35.013	35.013	33.077	1.936	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (*)	378.717	621.464	75.045	71.066	69.779	68.136	65.951	271.487
Debêntures (*)	770.591	1.633.632	60.917	79.091	99.350	107.069	109.622	1.177.584
Total	1.184.321	2.290.109	169.039	152.093	169.129	175.205	175.573	1.449.071

31 de dezembro de 2021	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 151 Meses
Fornecedores e outras contas a pagar	43.388	43.388	41.452	1.936	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (*)	398.841	660.357	73.105	68.859	66.583	65.428	64.645	321.737
Debêntures (*)	728.612	1.536.994	39.336	56.167	73.588	92.968	99.898	1.175.037
Total	1.170.814	2.240.739	153.893	126.962	140.171	158.396	164.543	1.496.774

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, IPCA, SELIC e TJLP.

Perfil

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Nota	2022	2021
Ativos financeiros			
Caixa e equivalente de caixa	4	5.105	95.152
Outros investimentos		4	4
Depósitos bancários vinculados	5	61.149	56.154
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos (*)	9	378.717	398.841
Debêntures (*)	10	770.591	728.612

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras, outros investimentos, depósitos bancários vinculados, contas a receber, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – apreciação e depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2022	Risco	Cenários																	
			Provável				Apreciação das taxas		Depreciação das taxas											
			%	Valor	%	Valor	Varição do índice em 25%	Varição do índice em 50%	Varição do índice em 25%	Varição do índice em 50%	%	Valor	%	Valor						
Ativos financeiros																				
Aplicações financeiras	5.105	CDI	9,22	471	11,53	589	13,83	706	6,91	353	4,61	235								
Outros investimentos	4	SELIC	12,25	-	15,31	1	18,38	1	9,19	-	6,12	-								
Depósitos bancários vinculados	61.149	CDI	12,19	7.454	15,24	9.319	18,29	11.184	9,14	5.589	6,09	3.724								
Total	66.258			7.925		9.909		11.891		5.942		3.959								
Passivos financeiros																				
BNDES - partes relacionadas	(263.935)	TJLP	7,20	(19.003)	9,00	(23.754)	10,80	(28.505)	5,40	(14.252)	3,60	(9.502)								
BNDES - partes relacionadas	(114.782)	IPCA	5,79	(6.646)	7,24	(8.310)	8,69	(9.975)	4,34	(4.982)	2,89	(3.317)								
Debêntures	(770.591)	IPCA	5,79	(44.617)	7,24	(55.791)	8,69	(66.964)	4,34	(33.444)	2,89	(22.269)								
Total	(1.149.308)			(70.266)		(87.855)		(105.444)		(52.678)		(35.088)								
Total dos ativos e passivos financeiros líquidos	(1.083.050)			(62.341)		(77.946)		(93.553)		(46.736)		(31.129)								
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						(15.605)		(31.212)		15.605		31.212								

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

v) *Risco de preço*

A estrutura tarifária cobrada dos consumidores é regulada pelo poder concedente, que considera manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, se necessário, que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e respectivo poder concedente.

15. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Imposto de renda e contribuição social	Ativo		Passivo		Resultado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	82.827	72.173	-	-	10.654	25.859
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	17.898	16.683	-	-	1.215	4.517
Provisão para perda com causas judiciais	694	1.058	-	-	(364)	233
Outras provisões	944	398	-	-	546	23
Arrendamento	44	98	-	-	(54)	58
Custo de transação de empréstimos	-	-	964	1.068	104	107
Juros e custo de transação capitalizados	-	-	48.281	36.360	(11.921)	(36.360)
Intangível líquido – contratos de concessão	-	-	1.514	1.557	43	43
Direitos a faturar	-	-	3.624	3.220	(404)	(331)
	102.407	90.410	54.383	42.205	(181)	(5.851)
Compensação (*)	(54.383)	(42.205)	(54.383)	(42.205)	-	-
Total líquido	48.024	48.205	-	-	(181)	(5.851)

(*) Saldo de ativo e passivos fiscais diferidos compensados, sendo a natureza da compensação ativa, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

(a) Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos acumulados. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Conciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

Reconciliação da taxa efetiva	2022	2021
Resultado do exercício antes dos impostos	(3.330)	16.283
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa (receita) com imposto à alíquota normal	1.132	(5.536)
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(321)	(314)
Outros	(1.043)	(1)
Imposto corrente	(51)	-
Imposto diferido	(181)	(5.851)
Alíquota efetiva	-7%	36%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Cronograma de realização

Os impostos diferidos ativos foram constituídos, substancialmente, com base em prejuízos fiscais de imposto de renda e base de cálculo negativa da contribuição social. A estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido deve seguir o seguinte cronograma:

Realização do imposto de renda diferido do ativo	2022	2021
2023	(3.726)	(3.726)
2024	(9.613)	(9.613)
2025	(18.410)	(18.410)
2026	(20.441)	(20.441)
2027	(21.653)	(21.653)
2028	(28.564)	(16.567)
Total	(102.407)	(90.410)

16. Receita operacional líquida

Receita líquida	2022	2021
Água	237.943	214.255
Esgoto	118.293	98.145
Construção	228.482	335.936
Serviços	12.319	8.922
Abatimentos e cancelamentos	(40.934)	(36.355)
Impostos sobre serviços	(31.142)	(28.152)
Ajuste a valor presente	(1.644)	-
Total	523.317	592.751

17. Custos e despesas

Natureza dos custos e despesas	2022	2021
Custo de construção	(228.482)	(335.936)
Depreciação e amortização	(56.696)	(76.275)
Serviços de terceiros	(24.825)	(16.904)
Despesas com pessoal	(50.792)	(42.722)
Outorga e taxas de fiscalização	(20.534)	(17.091)
Energia elétrica	(38.734)	(27.696)
Materiais	(10.797)	(8.224)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(4.579)	(6.687)
Outros custos e despesas	(9.076)	(8.182)
Total	(444.515)	(539.717)
Custo dos serviços prestados	(380.513)	(474.988)
Despesas comerciais, administrativas e gerais	(64.002)	(64.729)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

18. Receitas financeiras e despesas financeiras

	2022	2021
Receitas financeiras		
Juros sobre contas a receber de cliente	12.597	10.115
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	347	-
Juros de aplicações financeiras, outros investimentos e depósitos vinculados	8.314	9.366
Descontos obtidos	112	52
Outras receitas financeiras	795	-
Total	22.165	19.533
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(44.609)	(47.676)
Despesas com debêntures partes relacionadas	(54.976)	(5.919)
Imposto sobre operações financeiras	(86)	(136)
Outras despesas financeiras	(4.800)	(4.561)
Total	(104.471)	(58.292)
Despesas financeiras líquidas	(82.306)	(38.759)

19. Partes relacionadas

a) Controladora

A parte controladora direta e final da Companhia é a Iguá Saneamento S.A.

b) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados na rubrica “Custos dos serviços prestados e Despesas administrativas e gerais”.

Remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	2022	2021
Remuneração da diretoria	859	743
Participação nos lucros e resultados	646	426
Encargos sociais	301	234
Benefícios diretos e indiretos	45	41
Total	1.851	1.444

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

c) Outras transações com partes relacionadas

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Em contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures	(Nota 6)	(Nota 6)	(Nota 8 a 10)	(Nota 8 a 10)		
Centro de soluções compartilhadas - CSC (a)	-	-	1.437	1.436	(12.432)	(12.432)
Repasse de recursos e custos - CSC (b)	267	701	500	500	64	574
Locação Equipamentos (c)	-	-	509	-	(509)	-
BNDES - Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (d)	-	-	378.717	398.841	(44.241)	(46.967)
Debêntures (e)	-	-	770.591	728.612	(54.976)	(5.919)
Circulante	263	697	68.758	50.677	-	-
Não circulante	4	4	1.082.996	1.078.712	-	-
Total	267	701	1.151.754	1.129.389	(112.094)	(64.744)

(a) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada para prestação de serviço administrativo (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço.

(b) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.

(c) Refere-se a locação de hidrômetros inteligentes da Companhia do grupo Fluxx.IA Medição Inteligente S.A.

(d) Saldo referente a financiamento da controlada, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que é acionista não controlador, contendo maiores detalhes na nota explicativa nº 9.

(e) Refere-se a emissão de debêntures privadas, não conversíveis em ações, emitidas em 31 de julho de 2020, no valor de R\$620.486, a Iguá Saneamento efetuou a compra de 100%, com a primeira parcela dos juros vencendo em 15 de janeiro de 2021 e a parcela do principal vencendo a partir de 15 de janeiro de 2023, com remuneração fixa de 6,10% acrescida de IPCA, amortizado em 24 parcelas.

20. Seguros

A Companhia tem cobertura de seguros contra riscos operacionais em montante suficiente para cobertura de eventuais sinistros em suas operações. A Administração revisa anualmente os limites de cobertura e promove adequações de acordo com as capacidades operacionais da Companhia.

21. Compromissos

a) Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, que corresponde a um percentual da arrecadação efetivamente obtida mensalmente corresponde a 5% da receita líquida.

Em 31 de dezembro de 2022 foi pago ao Poder Concedente, o montante de R\$16.071 (R\$13.437 em 31 de dezembro de 2021) referente ao direito de outorga variável registrados na rubrica de custos dos serviços prestados.

b) Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

Composição da Diretoria

Diretoria

Renato Carlini Camargo
Julie da Cunha Campbell

Contador

Fabício dos Santos Teixeira
CRC/SP nº 1SP347408/O-9